

Arquiteto na Paraíba não é equiparado

Lí com satisfação a notícia da nova classificação para os arquitetos que trabalham no serviço público, no jornal *Arquiteto*.

Trabalho na Suplan, órgão estadual que se incumba de projetar e construir todas as obras do governo da Paraíba. Há dois meses atrás, foi criado um novo quadro salarial por três engenheiros que fazem parte da diretoria deste órgão. A profissão de engenheiro civil foi colocada em nível superior à de arquiteto, impossibilitando os arquitetos de ascenderem até a escala máxima.

Isto me pareceu uma grande injustiça: primeiro, porque em João Pessoa existem apenas 6 arquitetos para uma população de mais de 230 000

habitantes; segundo, porque o mercado de construção civil acha-se em plena fase de desenvolvimento; terceiro, porque na execução das construções estaduais sempre têm sido necessários os trabalhos profissionais dos arquitetos; quarto, porque a lei que rege o exercício da profissão de arquiteto é a mesma que regulamenta a profissão de engenheiro civil; enfim, porque no desenvolvimento do país cada vez mais se faz necessária a participação do arquiteto, cuja formação é bem diferente dos outros profissionais, e por isso mesmo insubstituível.

Gostaria de protestar contra esta marginalização oficializada de nossa profissão, mas busco melhores informações para uma argumentação segura e irrefutável.

Queria saber dos colegas se o decreto n.º 73862 de 14/3/74 (que modifica o decreto 72493 de 19/7/73)

permite aos arquitetos perceberem os melhores salários, ou se ainda continuamos em posição de inferioridade em relação às outras profissões.

Agradecendo de antemão as informações prestadas, aproveito para parabenizá-los pela publicação de um jornal da envergadura do *Arquiteto*.
Arquiteta Maria Graziela de Almeida Dantas — João Pessoa, Paraíba.

A notícia inserida no n.º 14 do *Arquiteto* diz respeito à classificação funcional dos servidores da administração pública federal. As administrações estaduais, como a do governo da Paraíba, também elaboram e aprovam classificações de seus servidores, que não devem ser confundidas com o decreto 73862. É comum encontrar nas classificações estaduais e municipais referências diferentes

para engenheiros e arquitetos, que pelos mesmos argumentos expostos não podemos aceitar.

Recentemente, também o governo do Estado de São Paulo legislou sua classificação, não dando aos arquitetos as mesmas regalias dadas aos engenheiros. Essa discriminação motivou uma atuação conjunta do IAB-SP e do Sindicato de São Paulo e, na atual legislação, a discriminação foi corrigida e os dois profissionais a partir de 1974 gozam dos mesmos direitos e remunerações. No sentido de colaborar com a colega, enviamos cópia do citado ofício para reforçar os argumentos já abordados na sua carta. Continue dispendo e nos informe da evolução das justas reivindicações dos colegas da Paraíba.

Arquiteto Geraldo Vespasiano Puntoni

Presidente do Sind. dos Arquitetos de SP

É tempo de rever criticamente o papel do BNH

Dez anos passados da criação do BNH, a atual revisão de propostas da política do banco faz crer que se pretende aqui encerrar uma **etapa inicial** e, partindo de um balanço comparativo das definições e resultados deste período, propor novas idéias e procedimentos para a política habitacional brasileira.

É tempo, portanto, de rever e analisar tudo o que se fez durante este período, com a intenção de evitar os erros cometidos e discutir os acertos mais profundamente.

A criação do Banco Nacional de Habitação implicou, nos grandes centros, na **rápida proliferação das construtoras**, que então se habilitaram ao "capital fácil" que o BNH oferecia sem pedir em troca nada além de referências comerciais e bancárias satisfatórias, e uma reconhecida capacidade de construir. Pouco se falou em definições, premissas e exigências a serem feitas no que se referia ao produto final vendido:

a habitação

Desta forma, um pouco involuntariamente, as companhias construtoras não tiveram então que se preocupar com modelos a seguir ou com um simples planejamento que fosse, e partiram para as suas próprias interpretações do problema, às vezes falhas, e responderam, à sua maneira, às indagações que o mercado supostamente lhes fazia.

Na maioria dos casos pode-se ver uma manipulação correta do capital que o BNH punha a disposição, porém, o resultado deste ciclo econômico, o produto final entregue — jamais um objetivo, e muito mais uma consequência de todo o processo — apresentou-se heterogêneo em quali-

dade, dúbio em quantidade e mal interpretado quanto à sua destinação social.

A consequência mais direta deste problema foi a concentração das construtoras em torno dos grandes centros urbanos (e portanto econômicos), o que gerou problemas de concorrência **entre as construtoras** quanto aos aspectos mais superficiais, como localização dos terrenos, forma, e "estilo" (sempre duvidoso), supondo sempre que qualquer produto se venderia com facilidade. Ainda indiretamente, a concorrência

entre as construtoras pela localização e pelos terrenos, deu início a uma escalada inflacionária que onerou enormemente o preço final das habitações, dificultando a sua venda e gerando em alguns casos insolvência entre as empresas.

Este momento foi, quem sabe, o de maior importância durante este período porque algumas construtoras puderam entender que era necessário desenvolver critérios de projeto. Criou-se por assim dizer uma oferta de trabalho para os arquitetos dentro das construtoras, que passaram

a sentir necessidade de melhor avaliar o mercado imobiliário e, partindo desta definição mais precisa, propor soluções mais adequadas ao mercado onde pretendiam atuar.

Problemas vividos então pela classe dos arquitetos adiaram uma análise e um conseqüente lançamento de premissas, que teriam facilitado e de certa forma modificado as condições de **relacionamento entre o arquiteto e as construtoras**. Iniciando sua participação neste mercado de trabalho a reboque de todo o processo, praticamente entrando apenas na etapa



final de todo o ciclo, alguns arquitetos pretenderam aqui executar um trabalho de influência decisória a nível de discussões intelectuais sobre bases que não podiam mais ser modificadas. Notando esta dificuldade de levar avante suas preocupações, estes arquitetos procuraram colocar as mesmas dúvidas teóricas no projeto, criando às vezes contradições de difícil solução ao nível prático. Infelizmente, por falta de maturidade por parte dos recém-nascidos departamentos de marketing e comercial das construtoras, este comportamento passou a ser considerado por elas como comportamento-padrão do profissional arquiteto: este passou a ser encarado pelas construtoras como portador de "novas dificuldades ou inexequibilidades".

Desta forma, alguns profissionais definiram procedimentos individuais diante da possibilidade de **projetar para uma construtora**. Em grupo ou separadamente, correndo risco de incompreensões e crítica, ainda em consequência das indefinições iniciais sobre a política do BNH, alguns arquitetos aceitaram o "desafio" e lançaram-se ao trabalho de criar e desenvolver nas construtoras a **mentalidade de projeto**. Realizaram trabalhos que embora executados separadamente apresentaram características e objetivos semelhantes, a serem analisados a fundo, pois mostram diretrizes de atuação absolutamente profissionais e não deixam de apresentar soluções novas para o problema habitacional nos grandes centros.

Num mercado em que praticamente tudo que fosse colocado à venda seria comercializado — a questão era o tempo — tornava-se difícil explicar às próprias construtoras que este fato se devia à presença do agente financiador. O que acontecia é que muitas delas se arrogavam títulos de "grandes fábricas de habitações", não querendo prever que a saturação em faixas tão estreitas de mercado precederia, de muito pouco tempo, uma situação de insolvência. Como única alternativa só restava a elas estabelecer a priori e não experimentalmente, os objetivos de mercado aos quais se pretendia endereçar, aceitando para isso a contribuição profissional do arquiteto, propósito que não foi por vezes sustentado pelas partes ao longo desta experimentação.

Uma análise rápida destes fatores nos levaram a aceitar a proposta que nos fazia uma construtora do ABC, de organizar um departamento de projetos, e o que pretendemos apresentar aqui é o resultado parcial deste trabalho desenvolvido em pouco mais de um ano (maio 73 / junho 74), que a nosso ver se enquadra em critérios corretos de formação e atuação profissionais.

Como filosofia de trabalho procuramos, dentro da realidade do sistema financeiro do BNH e do funcionamento da construtora, dimensionar o

mais corretamente possível o problema de **o que e para quem se construiria**, tendo em vista, de um lado o comprador como ente social, do outro a construtora como agente econômico e entre eles o projeto como um dado técnico.

O volume de projetos foi abordado como um todo e não como uma série de projetos isolados, num processo criativo único é constante que nos levou a uma sistemática de trabalho que trouxe consigo uma rápida simplificação das etapas compositivas do projeto. Procuramos abordar o volume de trabalho a enfrentar (25 a 30 projetos em um ano), dando a eles uma característica de uniformidade não sob o ponto de vista formal, mas quanto a sistemas construtivos a serem adotados, materiais a serem empregados, critério de modulação e busca de padronização e simplificação dos detalhes. Pois, embora guardando algumas semelhanças de programa, cada projeto era individualizado por características próprias bastante claras (localização, terreno, mercado potencial, etc.), que a nosso ver deveriam ser respeitadas.

Acreditamos que o resultado deste curto período, desta experiência-piloto, longe de apresentar uma solução para o problema, **deva ser encarada como uma tese**, como uma tentativa de abordar o complexo grupo de questões que envolvem o problema habitacional dentro das possibilidades que o próprio sistema nos permitiu trabalhar, dando para estas questões uma resposta em nível de projeto.

No momento em que o BNH, força geradora deste processo, se propõe a rever e a redimensionar as suas premissas e definições iniciais, fazendo um balanço do que foi feito e como foi feito com o capital financiado durante seus dez anos de existência, esta experiência aqui apresentada não pretende ser definitiva como resposta profissional. Pode, a nosso ver, dar início ao estabelecimento real e imediato das **bases de um projeto em nível federal** do que hoje é o BNH e possa, quem sabe, amanhã ser um ministério da habitação, devendo porém, em ambos os casos, encerrar um maior poder decisório e uma intenção mais definida de controle sobre o produto final gerado por este processo — a habitação —, cujo objetivo e necessidade são reconhecidamente indiscutíveis, e cujo problema reclama uma solução que não pode ser mais adiada.

Arquitetos: Lídia Fiocchi
Carlos Augusto Faggin
Massimo Fiocchi



Bronzearte oferece a alternativa para o seu projeto de iluminação.

BRONZEARTE

Rua Oscar Freire, 1732 Tel. 282-0459 - São Paulo